

ALBUQUERQUE, PIRES E

*magistrado; min. STF 1917-1931; proc.-ger. Rep. 1919-1931.

Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque nasceu em Rio Fundo (BA) no dia 5 de fevereiro de 1865, filho de Garcia Dias D'Ávila Pires de Carvalho e Albuquerque, deputado e senador estadual na Bahia, e de Maria de Argolo Pires. Descendia de famílias tradicionais baianas, os D'Ávila e os Pires de Carvalho e Albuquerque. Seu avô paterno e homônimo foi barão e visconde com grandeza da Torre de Garcia D'Ávila, e seus tios-avós, irmãos deste, também receberam títulos de nobreza no Império, destacando-se no período Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, visconde de Pirajá, e Francisco Estêvão Pires de Carvalho e Albuquerque, barão de Jaguaribe.

Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife em 1886, retornou à Bahia e fez carreira de promotor público entre 1887 e 1890, em Salvador e nas cidades de Maracás, Alagoinhas e São Francisco. Deputado à Assembleia Constituinte baiana de 1891, com a transformação desta em Câmara estadual ordinária, teve o mandato estendido até 1893. Reeleito em 1894, continuou deputado estadual até 1896. Nomeado juiz federal no estado do Rio de Janeiro em 1897, foi removido em março de 1904 para a recém-criada 2ª Vara do então Distrito Federal e de 1913 a 1914 serviu no tribunal arbitral que resolveu a questão dos limites entre Minas Gerais e Espírito Santo.

Em maio de 1917 foi nomeado pelo presidente da República Venceslau Brás (1914-1918) ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Em 1919, foi um dos relatores do pedido de *habeas-corpus* impetrado pelo general Coriolano de Carvalho e Silva em favor de Rui Barbosa, candidato derrotado por Eptácio Pessoa nas eleições presidenciais de abril daquele ano. O pedido argumentava que Eptácio não poderia ser considerado eleito, por ter sido declarado inválido para o serviço público e por ter portado condecoração estrangeira. O STF, porém, não aprovou o pedido. Em agosto de 1919, poucos dias após tomar posse, Eptácio nomeou-o procurador-geral da República, cargo atribuído na época obrigatoriamente a um ministro do STF.

Em 1920 presidiu o tribunal arbitral que decidiu a questão de limites entre Goiás e Mato Grosso, e em 1928, na qualidade de procurador-geral da República, foi acusado pelo jornalista José Eduardo de Macedo Soares, diretor-responsável do *Diário Carioca*, de ter substituído e adulterado seu parecer no recurso extraordinário interposto pela Companhia Telefônica. Em seguida, Macedo Soares foi condenado por injúria, decisão confirmada pelo STF.

Com a vitória da Revolução de 1930 e a constituição do governo provisório chefiado por Getúlio Vargas, Pires e Albuquerque foi um dos seis ministros do STF aposentados compulsoriamente, através de decreto (18/2/1931) que reduzia o número de juízes daquela corte para nove. Na mesma data, foi aposentado compulsoriamente do cargo de procurador-geral da República. Em sua defesa, publicou *Crime e castigo de um magistrado*.

Faleceu no Rio de Janeiro em 3 de setembro de 1954.

Seu filho, o capitão de mar e guerra Garcia D'Ávila Pires de Carvalho e Albuquerque, comandava o encouraçado *Bahia* quando a embarcação explodiu em operação de guerra em

julho de 1945, matando-o e a grande parte da tripulação. Outro descendente da família, o general Válter Pires de Carvalho e Albuquerque, foi ministro do Exército de 1979 a 1985.

FONTES:

BALEEIRO, A. *Supremo*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. PROC. GER. REP.; COSTA, E. *Efemérides*; COSTA, E. *Grandes*; *Encic. Mirador*; *Grande encic. Delta*.